

1 Ata da reunião extraordinária nº
2 1462 do Conselho de
3 Administração da Universidade
4 Estadual de Londrina - UEL,
5 realizada no dia 26 de agosto de
6 2020.

7 No dia 26 do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte, às quatorze
8 horas e trinta minutos, na sala virtual link
9 <https://meet.google.com/gaa-ormx-pqc>, em razão do isolamento
10 social, decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se
11 ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência do
12 Reitor, Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do Vice-
13 reitor Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros:
14 Viviane Bagio Furtoso, Paulo Meletti, Silvano César da Costa, Tânia
15 Lobo Muniz, Airton José Petris, Gilmar Aparecido Altran, Patrícia
16 Mendes Pereira, Aron Lopes Petrucí, Leandro Ricardo Altimari, Sílvia
17 Borba, Fabiano Medeiros, Laura Martimbianco, Mateus Sugueta, Azenil
18 Staviski, Itamar Rodrigues Nascimento, Marta Regina Gimenez Fávaro,
19 Amauri Alcindo Alfieri, Mara Solange Gomes Dellaroza e Mário Sérgio
20 Mantovani. Convidados: Edmarlon Giroto, Neide Maria Jardinette
21 Zaninelli, Gilson Jacob Bergoc, Vivian Biazon Feijó, Débora Maiara,
22 Sandra Garcia, Fábio Pitta, Alberto Durán Gonzáles, Lisiane Freitas de
23 Freitas e Deise Mary Garbelini Bergamin. **I. ORDEM DO DIA. Item 1)**
24 **Discussão e votação da ata da reunião 1459.** Corrigir a página 282,
25 linha 36, o correto são 10 meses e não 10 dias. Aprovada por
26 unanimidade. **Item 2) Discussão e votação da ata da reunião 1460.**
27 Sem alterações. Aprovada por unanimidade. **Item 3) Processo nº**
28 **14782/2014 – ARI - deliberar acerca da minuta de Convênio**
29 **Específico para Intercâmbio de estudantes, que entre si celebram**
30 **a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade de Lisboa**
31 **(Portugal).** O relator Prof. Dr. Fabio Pitta, esclarece que o processo
32 apresenta um convênio na área de motricidade humana, que com esse
33 instrumento, prevê também, intercâmbios para estudantes de
34 psicologia com a universidade de Lisboa. Já passou pela análise da
35 Procuradoria Jurídica. Não existe contrapartida da Universidade. Em
36 regime de discussão. Profa. Viviane Bagio pergunta sobre o item 6.12
37 do convênio, se a Universidade de Lisboa tem conseguido isentar
38 nossos alunos das taxas, que tem um valor altíssimo. Prof. Fábio
39 responde que sim, e ressalta que nos últimos dois anos os acordos só
40 estão sendo firmados sem esse pagamento, em todos os convênios a
41 ARI tem feito essa negociação para a isenção. Aprovado por
42 unanimidade. **Item 4) Processo nº 1832/2020 – CEFE – deliberar**

1 **acerca da minuta de Cooperação Técnica, que entre si celebram a**
2 **Universidade Estadual de Londrina e o Instituto de Esportes 01,**
3 **para o Desenvolvimento do Projeto de “Basquete em Cadeira de**
4 **Rodas / Pernas Preciosas”, a ser desenvolvido nas dependências**
5 **do Centro de Educação Física e Esportes – CEFE.** Relatores: Prof.
6 Dr. Mario Sérgio Mantovani e Prof. Dr. Leandro Altimari. O Prof. Mário
7 Sérgio Mantovani relata que o Instituto do Esporte fica responsável por
8 toda a organização do projeto, informa que é uma entidade privada,
9 porém, esse projeto é sem fins lucrativos. O convênio apresenta todos
10 os quesitos e os documentos necessários para a assinatura dos termos.
11 Iniciou a tramitação em fevereiro, porque haveria uma competição no
12 primeiro semestre, mas a pandemia atrapalhou o cronograma, então,
13 há um período de atividades para a sua convalidação. A Procuradoria
14 Jurídica da UEL já analisou e o considerou apto para a assinatura. Não
15 há repasse de recursos. Prof. Leandro Altimari ressalta que esse é um
16 projeto que já vinha sendo realizado desde 2010. Ficou parado por um
17 tempo, por falta de profissional para coordenar, mas, agora retornou, é
18 um projeto social e de inclusão bastante importante, agrega 14 atletas
19 que participam de competições estaduais e nacionais. Prof. Airton
20 pergunta quem são os patrocinadores desse projeto? Ele entra como
21 projeto de extensão, há professores nossos nessa ação? Prof. Leandro
22 – a coordenação do projeto é que se dispõe em buscar patrocínio junto
23 à Secretaria de Esportes, Fundação de Esportes que têm editais
24 específicos e outras entidades. Nas edições anteriores havia a
25 participação de estudantes da fisioterapia. Essa ação nunca foi
26 vinculada como extensão, sempre funcionou via convênio, embora se
27 enquadre em atividade de extensão. Profa. Mara Solange – não há
28 cadastro dessa ação como atividade de extensão, na PROEX. Mas, se
29 houver interesse, em algum momento, de participação de algum
30 docente nosso, podemos cadastrar como projeto. Aprovado por
31 unanimidade. **Item 5) Processo nº 4312/2020 – COPS - deliberar**
32 **acerca da minuta de resolução que estabelece o preço público,**
33 **referente a inscrição dos candidatos ao processo seletivo**
34 **Vestibular 2021.** (Relatores: Prof. Dr. Mario Sérgio Mantovani e Profa.
35 Dra. Sandra Oliveira Garcia). Prof. Mário Sérgio inicia o relato dizendo
36 que esse é o processo da fixação do preço público do vestibular, que o
37 ano passado o valor fechou em R\$ 153,00, e que para o próximo ano
38 haveria o reajuste do IPCA, de 2,6%, e, nesse sentido, o valor seria
39 reajustado para R\$ 158,00, entretanto, como o formato foi alterado para
40 um único dia de prova, e com as adaptações que deverão ser feitas, o
41 preço público fechou em R\$ 135,00, por candidato. A planilha traz todos
42 os custos e como chegamos a esse valor. Profa. Sandra Garcia

1 complementa que a COPS havia enviado esse processo, em março,
2 logo no início da pandemia, para a tramitação, porém, depois que a
3 PROPLAN já tinha feito as planilhas de cálculo do preço público,
4 suspendemos o processo, porque não sabíamos como faríamos o
5 vestibular de 2021. Nós desarquivamos o processo para o C.A ter o
6 histórico desses valores. Como já sabem, ao invés de 5 dias de provas,
7 teremos um único dia. Em um primeiro momento, podemos pensar que
8 haveria uma redução muito alta de valores, entretanto, haverá um
9 aumento de despesas, com contratação do dobro de locais de salas,
10 ao invés de 600 salas, teremos 1200 salas para a aplicação das provas.
11 Além de todas as condições sanitárias. O reitor havia nos solicitado
12 para tentar conseguir um valor mais baixo, em razão da vulnerabilidade
13 das famílias nesse momento de pandemia. Prof. Sérgio Carvalho –
14 procurei a COPS e fiz um apelo para pensarmos um vestibular, em um
15 período apropriado, de maneira adequada, na nossa opinião, reunir 20
16 mil jovens, no mesmo formato, seria impossível nesse momento, com
17 a segurança sanitária necessária, ficaria muito cara essa logística. A
18 COPESE fez essa discussão, deixamos o nosso modelo tradicional,
19 excepcionalmente esse ano, para ele ser viável. Não sabemos qual é o
20 impacto das questões financeiras sobre as famílias que vão fazer o
21 vestibular, qualquer R\$ 15,00 que acrescentamos ao preço público,
22 pode afastar muitos estudantes de escolas públicas do nosso
23 vestibular. Profa. Sandra – nosso preço público para o vestibular de
24 2021 ficou menor do que as principais universidades públicas, a
25 exemplo da UFPR que fechou em R\$ 155 reais, UEM R\$160 reais,
26 UEPG R\$157 reais, UNICAMP R\$170 reais, USP 182, UNICENTRO
27 R\$ 150 reais, UNESPAR R\$ 160 reais. Já concluímos o processo de
28 isenção pelo NIS (Número de Identificação Social), esse ano chegamos
29 a 1370 pedidos deferidos, tivemos um aumento de 400 estudantes que
30 solicitaram a isenção do preço público pelo NIS. Prof. Azenil –
31 parabeniza à COPS e COPESE pelo modelo desenhado em caráter
32 excepcional, por configurar esse valor de preço público, em razão da
33 crise econômica que as famílias estão passando. Teremos um
34 crescimento do número de pessoas que vão pedir isenção, não sei se
35 isso está previsto na planilha que fixou o valor da inscrição. Prof.
36 Silvano – estava pensando em manter o valor de R\$153,00, mas pelo
37 relato da condição financeira das famílias, realmente a redução é bem-
38 vinda. Sobre o vestibular de 2022, o formato deve voltar como era
39 antes, e o custo dele aumentará, o que a mídia vai ver é o aumento de
40 um ano para o outro, tenho essa preocupação futura. Na hora que for
41 divulgar o preço público, precisa deixar bem claro o contexto e o
42 momento, para que possamos voltar ao preço normal no futuro. A COM

1 e a COPS precisam se atentar a isso. Silvia Borba – o valor baixou,
 2 mas, o número de dias também foi reduzido. Pode haver o
 3 questionamento do preço sim e outro questionamento será se o
 4 vestibular não poderá permanecer em um único dia. Prof. Gilmar – é
 5 necessário escrever uma nota para a comunidade externa.
 6 Internamente a gente compreende esse formato excepcional e a
 7 redução do preço público, mas, externamente, precisa chegar esse
 8 esclarecimento. A COPESE e o CEPE, deixaram bem claro que esse
 9 formato é em caráter excepcional, por conta desse momento de
 10 pandemia. Aprovado com 2 abstenções. **Item 6) Processo nº**
 11 **18853/2020 – PROEX - deliberar acerca do relatório financeiro final**
 12 **do Programa de Atendimento à Sociedade, intitulado “Programa**
 13 **de Apoio e Fortalecimento Técnico-Científico a Empresas e**
 14 **Indústrias da Região Norte do Paraná”(período: 22/05/2009 a**
 15 **01/09/2012). Item 7) Processo nº 15593/2018 – PROEX - deliberar**
 16 **acerca do relatório financeiro final do Programa de Atendimento à**
 17 **Sociedade, intitulado “Implementação das Atividades de**
 18 **Empreendedorismo e Inovação na AINTEC” (período: 01/09/2013 a**
 19 **31/12/2014). Item 8) Processo nº 17967/2019 – PROEX - deliberar**
 20 **acerca do relatório financeiro final do Programa de Atendimento à**
 21 **Sociedade, intitulado “Sociedade Agropecuária e a Criações do**
 22 **Norte do Paraná em Biotecnologias da Reprodução**
 23 **Animal”(período: 30/08/2016 a 31/07/2019). Item 9) Processo nº**
 24 **6720/2020 – PROEX - deliberar acerca do relatório financeiro final**
 25 **do Programa de Atendimento à Sociedade, intitulado “Serviço de**
 26 **Diagnóstico e Ações Complementares em Genética**
 27 **Animal”(período: início em 2019).** A relatora: Profa. Dra. Mara
 28 Solange Dellaroza, fez o relato em bloco, dos quatro processos, por se
 29 tratarem da mesma matéria, qual seja, relatórios financeiros finais de
 30 Programas de Atendimento à Sociedade. Ressalta que esses itens
 31 dizem respeito à prestação de contas de PAS, e o nono ponto pede o
 32 cancelamento do Programa, antes do término do cronograma. O
 33 processo 18853/2020, está vindo com um certo atraso, mas, agora
 34 estamos em uma força tarefa na PROEX para regularizar todos os
 35 processos em atraso. Todos os PAS aqui em pauta, passaram pelas
 36 instâncias competentes, foram aprovados e sem nenhum óbice. O PAS
 37 da AINTEC apresenta um vasto relatório, com muitas contribuições à
 38 Universidade. O PAS de genética animal, por dificuldades da equipe de
 39 trabalho, que está sobrecarregada com atividades da pós-graduação,
 40 e também porque foi aprovada uma nova lei para a área de genética
 41 animal, com o uso de equipamentos muito caros que inviabilizam o
 42 PAS, pede, nesse momento, dada as condições financeiras e dada as

1 dificuldades de operacionalização das análises, o cancelamento das
2 atividades do Programa. Profa. Patrícia – na folha 54 do processo está
3 escrito que foi aprovado pelo Conselho de Centro de Ciências Exatas,
4 mas, é o do Centro de Ciências Agrárias - CCA. É importante fazer a
5 correção no despacho final. Prof. Airton – há algumas páginas que
6 faltam as assinaturas, precisa ser regularizado. Regime de votação:
7 Votação em bloco os itens 6 a 9, que foram aprovados por
8 unanimidade. **Item 10) Processo nº 5883/2020 – PROPPG - deliberar**
9 **acerca da minuta de resolução que estabelece o valor da**
10 **mensalidade do curso de Pós-graduação Lato Sensu em “Direito**
11 **de Família e Sucessões”.** **Item 11) Processo nº 5814/2020 –**
12 **PROPPG - deliberar acerca da minuta de resolução que estabelece**
13 **o valor da mensalidade do curso de Pós-graduação Lato Sensu em**
14 **“Engenharia de Software”.** O Prof. Dr. Amauri Alfieri faz o relato em
15 bloco dos itens 10 e 11, em razão de se tratar da mesma matéria, qual
16 seja, reformulação dos valores das mensalidades de cursos de pós-
17 graduação *lato sensu*. Ressalta que, ambos, de forma salutar,
18 realizaram atualizações na estrutura curricular, promoveram
19 atualizações de disciplinas, na carga horária e houve a necessidade de
20 rever a planilha de custos. O curso de Direito de Família e Sucessões
21 passou de R\$ 405 reais para R\$ 420 reais, para 18 meses, a começar
22 a valer em 2021. E o curso de Engenharia de Software, alterou o
23 número mínimo de alunos, desde 2010 o valor é o mesmo e agora
24 passou para R\$ 460,00 reais, por 18 meses, é um valor apenas para
25 subsidiar os professores, porque é um curso muito relevante e que
26 envolve uma considerável estrutura de equipamentos e laboratórios.
27 Houve uma reestrutura com vistas a recuperar o número de
28 matriculados, que tem caído anualmente. Aprovado por Unanimidade.
29 **Item 12) Processo nº 7394/2020 – PROGRAD - apreciar o relatório**
30 **do mapeamento intitulado “Retorno Seguro”.** A Profa. Dra. Marta
31 Favaro, inicia o relato dizendo que esse documento que se apresenta
32 agora é fruto de um grande trabalho coletivo, realizado por um grupo
33 composto por docentes e discentes da câmara de graduação,
34 servidores da PROGRAD, SEBEC, PROPE, PROPLAN e ATI. Fizemos
35 o levantamento intitulado “Retorno Seguro”, que se deu em dois
36 momentos. O primeiro questionário, cuja coleta de dados atingiu tanto
37 docentes, quanto discentes, foi aplicado no período de 06 a 09 de abril
38 de 2020, com informação explícita de que esses dados seriam
39 sistematizados, analisados e encaminhados à Câmara de Graduação
40 para a deliberação. A elaboração do questionário (um específico para
41 docentes e outro para estudantes) foi feita por uma Comissão de
42 docentes e estudantes da Câmara de Graduação, no final de março e

1 início de abril. Esse instrumento foi enviado por e-mail aos grupos
2 citados. Obtivemos, com esse primeiro instrumento, índices de
3 respostas acima da média: 65% de discentes e 69% dos docentes
4 responderam aos questionamentos. Os resultados fornecidos por esse
5 mapeamento, acrescido da análise dos componentes curriculares dos
6 Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC, já vigentes, serviram de
7 amparo para subsidiar as decisões necessárias às demandas
8 educacionais daquele momento e para a tomada de decisões relativas
9 aos futuros encaminhamentos. O relatório contendo os dados deste
10 primeiro mapeamento foi apresentado à Câmara de Graduação e
11 disponibilizado a todos os seus conselheiros, contando também com a
12 representação estudantil. O segundo questionário, que ficou conhecido
13 como Mapeamento do “Retorno Seguro”, foi elaborado em maio, por
14 um novo grupo de trabalho (GT) e também foi apreciado pela Câmara
15 de Graduação. O GT incluiu representantes docentes e discentes da
16 Câmara Graduação, técnicos da ATI - Diretoria de Desenvolvimento de
17 Sistemas, da PROGRAD, da PROPLAN, da COM, do SEBEC e do
18 PROPE. O mapeamento objetivou coletar dados dos Estudantes de
19 Graduação principalmente quanto às condições digitais (equipamentos
20 e internet) para a retomada de atividades acadêmicas de forma
21 inclusiva e segura, mantendo a qualidade do ensino. Os trabalhos se
22 iniciaram em 13/05/2020 e se estenderam, ininterruptamente, até a
23 publicação deste relatório. O mapeamento foi realizado por meio de
24 questionário digital disponibilizado no Portal do Estudante de
25 Graduação, de 10 de junho até 16 de julho de 2020, o que permitiu a
26 coleta de dados de maneira organizada e identificada, sendo que a
27 captação dos dados também foi realizada por telefone e monitorada por
28 uma equipe de apoio formada por docentes, técnicos e estudantes.
29 Para ampla divulgação da necessidade de reposta ao questionário
30 entre a comunidade universitária, utilizamos as mídias digitais oficiais
31 da UEL e e-mail de cada um dos 13.282 estudantes de graduação. Este
32 segundo levantamento, identificou uma demanda de 818 estudantes
33 que necessitam de equipamento para acompanhar as aulas remotas e
34 937 que necessitavam de suporte de internet. Após o fechamento do
35 relatório do Retorno Seguro, em contato com os 702 estudantes que
36 não haviam respondido ao questionário, e com o contato mais amiúde
37 dos coordenadores dos Colegiados de Cursos, levantou-se um
38 acréscimo de 43 estudantes que necessitam de equipamentos e mais
39 35 estudantes que necessitariam de aporte de internet. Assim, a
40 Administração da UEL está trabalhando com o número de 861
41 estudantes carentes de equipamentos que suportem as aulas remotas,
42 e 972 discentes que precisam de reforço de internet. Com uma margem

1 de mais 15%, considerando que podem surgir outros estudantes que
2 venham a ter dificuldades ao longo do processo. O inteiro teor da
3 pesquisa pode ser acessado pelos links:
4 [https://drive.google.com/file/d/1Hc1kIBD8SqpBkT0IKjc9Yc7A6MevOIKI](https://drive.google.com/file/d/1Hc1kIBD8SqpBkT0IKjc9Yc7A6MevOIKI/view)
5 [/view](https://drive.google.com/file/d/1Hc1kIBD8SqpBkT0IKjc9Yc7A6MevOIKI/view) e <https://operobal.uel.br/ultimas/2020/08/18/prograd/> . O critério
6 para atendimento das demandas de equipamentos e internet, foi
7 elaborada com base no preenchimento do questionário e pelas
8 informações que recebemos dos Colegiados dos Cursos e do PROPE.
9 A primeira prioridade era de assistência aos que não tinham nenhum
10 equipamento. O segundo momento se dá com os estudantes que
11 possuem equipamentos compartilhados. Os chips com dados de
12 internet estão sendo fornecidos há duas semanas. Para o empréstimo
13 em comodato de equipamento ao estudante, se faz necessário o envio
14 da autodeclaração ao coordenador, e este envia os formulários aos
15 estudantes, na sequência, o SEBEC organiza a assinatura deste
16 estudante, no termo de comodato e organiza a retirada do
17 equipamento, com agendamento prévio. A distribuição dos chips está
18 sendo organizada pela PROGRAD e pela ATI, e os equipamentos pelo
19 SEBEC, Colegiados e PROGRAD. Prof. Sérgio Carvalho – em muitos
20 espaços está havendo arrecadações específicas, o CCS, por
21 exemplo, fez uma campanha específica para estudantes da área da
22 saúde. O CTU fez uma busca em empresas de engenharia e recebeu
23 20 laptops, a serem destinados aos cursos de engenharia e arquitetura.
24 Há professores que estão doando equipamentos usados também, para
25 estudantes de seus cursos de atuação, orientandos etc. Além dos
26 quase um milhão em equipamentos que recebemos da Receita
27 Federal. Desse modo, estamos conseguindo honrar com o
28 compromisso assumido pelo Conselho de Administração e Conselho
29 de Ensino, Pesquisa e Extensão, de que nenhum estudante ficará para
30 trás. Advocacia geral do Estado. Na contramão de tudo o que nós
31 estamos fazendo e digo nós, porque os conselheiros deste conselho
32 também estão trabalhando arduamente para a inclusão digital dos
33 estudantes, recebemos nessa semana uma denúncia, por meio da
34 Advocacia Pública, que nos fez questionamentos, a partir de uma
35 denúncia que receberam. As inverdades postas neste documento
36 representam um rompimento de uma norma de convivência
37 democrática. Ficou extremamente chateado com essa denúncia, em
38 razão de tudo o que estamos fazendo desde março, para acolher os
39 estudantes e não deixar a universidade parada. A frase que mais nos
40 deixa indignados é “considerando que, segundo as informações
41 recebidas por este Núcleo, a Universidade não planeja ofertar
42 alternativas, como banda-larga, ou empréstimo de notebooks para

1 aqueles que necessitam de auxílio para a permanência estudantil
2 nesse período.” O denunciante, agiu de má fé. Porque isso é uma *fake*
3 *news*. Afirmar que a UEL não planeja ofertar alternativas é uma grade
4 inverdade e fez com que um advogado público perdesse o seu tempo
5 para notificar a universidade. É uma denúncia grave e mentirosa. Isso
6 é inadmissível. Todos os debates foram feitos. A democracia existe na
7 universidade. O documento é datado de 11 de agosto, após inúmeras
8 ações tendo sido realizadas. E nós temos um outro promotor que está
9 nos questionando como vamos distribuir todos esses recursos e
10 equipamentos que recebemos para os estudantes, ou seja, o Ministério
11 Público tem conhecimento de tudo o que arrecadamos e que estamos
12 distribuindo aos estudantes que apontaram a necessidade de
13 equipamentos para as aulas remotas. Estamos sendo questionados
14 pela rapidez com que fizemos os registros de preços, para sanar a
15 emergência da compra de equipamentos e chips para atender aos
16 estudantes. Essa denúncia me atinge como reitor, como professor e
17 como pessoa. O advogado público cita ainda: “Considerando que a
18 Constituição Federal prevê em seus artigos 205 e 20: Art. 205. A
19 educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será
20 promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao
21 pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da
22 cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será
23 ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de
24 condições para o acesso e permanência na escola;” Essa é a nossa
25 missão também. Sempre foi. A denúncia ofende a Universidade. Essa
26 Universidade é pioneira na política de cotas, nas políticas de
27 permanência, no ingresso de estudantes de escolas públicas. Fomos
28 criticados pela inclusão social por outras universidades, mas é um
29 compromisso que assumimos como Universidade. É uma ofensa a
30 todos os servidores, à minha equipe que está trabalhando
31 incansavelmente para não deixar nenhum estudante para trás. É uma
32 mentira esse documento. E espero que quem fez a denúncia envie um
33 documento desmentindo essas palavras. Prof. Gilmar – divulgamos
34 esse documento aos conselheiros do Centro e houve várias
35 manifestações de indignação sobre a denúncia, ressalta que a maior
36 parte dos docentes do CECA estão irmanados em defesa da UEL.
37 Gostaria de informar que hoje foi disponibilizado um desktop a um
38 estudante, porque o tablet não atende a necessidade do Curso de
39 Design Gráfico. Estamos com todos os cuidados com os estudantes e
40 atentos à inclusão digital de nossos estudantes. Profa. Marta Favaro –
41 estamos trabalhando integrados com os diretores de centros e
42 colegiados, em uma ação coletiva de estudantes, e a PROGRAD

1 alimenta a lista que está no SEBEC. Temos outras frentes de ação,
2 projetos do Fundo Paraná, comprando equipamentos que são mais
3 robustos, estão em curso, mas, para respeitar as normas de compras
4 públicas, isso se dá de forma mais morosa. Profa. Viviane – também
5 recebemos esse documento com bastante indignação, o sentimento é
6 o mesmo, ficamos tristes, mas, sabemos de que estamos fazendo o
7 melhor e sabemos do compromisso que todos estão honrando de incluir
8 a todos os estudantes. Gostaria de registrar os agradecimentos à
9 PROGRAD, a todas as pró-reitorias, SEBEC, ATI, temos problemas, o
10 serviço é moroso, mas, estamos trabalhando e conseguindo vencer os
11 desafios. Além disso, temos as comissões de acompanhamento dos
12 Centros. Todos nós estamos trabalhando arduamente. Não é
13 simplesmente emprestar o equipamento. Estamos fazendo vídeos para
14 orientar os estudantes, para conseguirem entrar no google sala de aula,
15 temos um caso de apenado que estamos acompanhando, fazendo
16 tutoriais, a Carla do SEBEC tem me ajuda muito nessa orientação.
17 Estamos vencendo, coletivamente. Prof. Airton – esse documento
18 também foi divulgado no CCS e ninguém conseguiu entender. Até
19 mesmo os estudantes relataram que não compreendem uma denúncia
20 dessa natureza, porque estão todos conseguindo acompanhar as
21 aulas, foram acolhidos pelos colegiados e pelos diretores, estamos
22 cuidando desse processo de inclusão. Profa. Tania – essa sensação de
23 indignação é coletiva, todo o trabalho que vem sendo feito pela
24 PROGRAD, pelos colegiados e por toda a comunidade, porque
25 estudantes, técnicos e docentes estão trabalhando de forma integrada
26 nesse processo de inclusão. Quando pensamos em universidade
27 temos um trabalho democrático, coletivo, que visa transpor todas as
28 dificuldades, e a indignação vem diante do diagnóstico que fizemos,
29 apesar de nossas diferenças, buscamos a solução para os problemas.
30 O defensor público tem como dever buscar as informações e a
31 verificação dos fatos que foram relatados a ele. Acredito que a denúncia
32 foi feita por imaturidade e por falta de compreensão do processo. Uma
33 coisa é não estar satisfeito com o ensino remoto, outra coisa é dizer
34 que não tem sido feito. Foi um equívoco. Mas, agora, temos que
35 responder e que bom que temos tudo documentado. Tudo registrado,
36 tenho a maior segurança nessa resposta. Dá um pouco de trabalho,
37 mas, apesar de nossa indignação, temos a consciência do dever
38 cumprido, e que estamos alcançando os nossos objetivos. Problemas
39 tínhamos no ensino presencial e teremos no remoto, mas, estamos
40 trabalhando para mitigar esses problemas. Prof. Aron – quando
41 soubemos disso, fiquei muito irritado e indignado. A resposta é fácil, a
42 defensoria está no seu papel, mas, a forma como a defensoria faz esse

1 papel. Bastaria um telefonema, uma pequena conversa. Eles oficialam,
2 assinam o documento. Temos um PAS, do desenvolvimento de um
3 respirador, levou muitos dias na Procuradoria Jurídica, e a gente
4 entende o porquê, quando recebe um documento desse, para elaborar
5 essa resposta, gastamos tempo, recurso de pessoal nosso que já é
6 escasso. Isso tem um custo. Gasto de dinheiro público e fragilização da
7 autonomia universitária. A ruptura da democracia em uma questão
8 institucional é muito complicada. Prof. Paulo Meletti – no CCB conversei
9 com os coordenadores de colegiados, está tudo acontecendo bem,
10 para o que ainda não está 100%, estamos buscando a solução. Esse
11 documento é de causar indignação. Os estudantes estão sendo bem
12 atendidos em todas as suas necessidades. A gente não vê esse tipo de
13 denúncia em defesa da universidade. A classe estudantil foi tão
14 importante no passado, e em nenhum momento se manifestou contra
15 a universidade. Tudo o que a universidade faz é em prol dos
16 estudantes. Ninguém é favorável ao EAD, a gente está vivendo um
17 momento excepcional e que o mundo inteiro está fazendo o mesmo em
18 termos educacionais. É importante que haja a compreensão que a
19 universidade está do lado dos estudantes. Deveríamos receber
20 manifestações de apoio. Os estudantes podem nos procurar, há vários
21 canais de comunicação. Se alguém não tiver sendo atendido, que
22 venha conversar com o diretor, com o coordenador do colegiado, que
23 vamos analisar e trabalhar para solucionar possíveis entraves. Prof.
24 Sérgio – o denunciante moveu a Defensoria Pública, moveu vários
25 servidores nossos para fazer a defesa. É um momento de fragilidade e
26 que precisamos nos unir para manter a universidade viva. **Item 13)**
27 **Processo nº 7050/2020 – PRORH - deliberar acerca dos**
28 **procedimentos a serem adotados quando do atraso da emissão**
29 **dos laudos médicos, por parte da Perícia do Estado, em relação**
30 **aos atestados médicos apresentados pelos servidores.** Esse ponto
31 foi relatado após a aprovação das atas, em virtude do pedido de
32 inversão de pauta, feito pelo relator, servidor Itamar Nascimento, em
33 razão do falecimento de um familiar. Itamar inicia o seu relato
34 informando que o processo foi gerado a partir de uma consulta que a
35 PRORH fez à Procuradoria Jurídica da UEL, decorrente do período da
36 pandemia. Quando começou a pandemia, começou também o
37 processo de atendimento virtual, na UEL e em outros órgãos públicos,
38 incluindo a Unidade responsável pela perícia médica. Adaptaram a
39 metodologia para os pedidos de perícia, que, a partir da pandemia,
40 passou a ser on-line. A inclusão dos atestados se dá em um link
41 disponibilizado para a inclusão, de forma digital, do atestado e do
42 formulário de pedido de licença para tratamento de saúde. Como esse

1 sistema, a PRORH passou a ter uma série de problemas, porque os
2 processos não retornam em tempo hábil do retorno do servidor. O
3 atestado vence e o resultado ainda não chega. Se o resultado é
4 positivo, o atestado é homologado, o problema é quando a perícia vem
5 negada, ou com dias menores do atestado, daí a diferença é
6 descontada do servidor, porque a PRORH segue a legislação vigente.
7 O servidor fica muito nervoso, e com razão, é uma lei de 1970, que
8 carrega o estatuto do servidor, e é uma situação injusta para o
9 trabalhador que quando sabe do resultado é tarde demais, já passaram
10 os dias do atestado. Além do desconto das horas do servidor que agiu
11 de boa-fé, há o problema do HU, local em que mais temos atestados,
12 especialmente nesse período, por lidar diretamente com a COVID-19,
13 além disso, o hospital tem mais um agravante, por ser ponto eletrônico,
14 o que requer que os chefes fechem os relatórios para o envio à PRORH,
15 em tempo hábil para fecharmos a folha de pagamento. Os dirigentes do
16 hospital foram pessoalmente até a perícia para buscar uma solução,
17 mas não tiveram êxito. A PRORH fez contato, chegou até a Ouvidoria
18 do Estado, sugeriu uma reunião on-line, para tentar resolver o
19 problema, mas, não teve retorno. Então, a PRORH, propõe: porque
20 temos o SESMT que pode nos auxiliar nessa questão. Fizemos uma
21 consulta formal à Jurídica, e a PJU diz que temos que seguir a lei. Mas
22 no que tange ao desconto, item 2, comprovada a boa-fé do servidor,
23 talvez poderíamos pensar em algumas alternativas, para este conselho
24 avaliar, quais sejam: 1. A UEL validar, em casos de emissão tardia do
25 laudo pericial oficial, os dias de afastamento que constam dos
26 atestados médicos; 2. Em decorrência do item anterior, não efetuar os
27 descontos (como faltas de trabalho), dos dias de afastamento que não
28 foram homologados pelo laudo pericial, o qual foi levado ao
29 conhecimento do servidor somente após já ter transcorrido o seu
30 período de afastamento consignado no atestado médico. Prof. Paulo –
31 vivencia esse problema no CCB, há pesos e tempos diferentes, já teve
32 caso de uma licença docente para acompanhante, um caso simples,
33 que a resposta saiu em 3 dias, e uma docente, com tratamento
34 quimioterápico agressivo, já há dois meses e ainda não veio o
35 resultado. Vivian Feijó – temos dois modelos de afastamento, um é o
36 grupo de risco, pelo regramento do Estado, e que o HU tem em torno
37 de 98 pessoas que estão afastadas nesse momento, e um outro grupo
38 que concentra as pessoas afastadas por doenças agudas, cirurgias,
39 atropelamentos, colaboradores contaminados por COVID e isso tem
40 aumentado. A velocidade não acompanha o demonstrativo de
41 frequência do HU que é eletrônico. O HU fez uma instrução de serviço,
42 já que a perícia não se manifestou ainda para a UEL. O SESMT via

1 DASC tem acatado os atestados por doenças crônicas, dentro do
2 decreto, o médico do DASC tem validado e nós oficializamos via DH,
3 criamos um fluxo via PIÁ, que são os outros atestados. Tivemos dois
4 servidores que tiveram descontos importantes em seus salários. Prof.
5 Airton – a fala do Itamar e da Vivian nos impulsiona a resolver o
6 problema, porque é uma situação urgente e grave. Precisamos ser
7 céleres. Itamar – o servidor tem a responsabilidade de ficar
8 acompanhando o resultado da perícia, via PIÁ. É um sistema complexo,
9 que até o HU fez um tutorial para auxiliar os servidores na
10 compreensão. Essa consulta precisa ser diária. Profa. Tania – precisa
11 haver um amparo legal. O servidor é o responsável por acompanhar o
12 seu processo. Prof. Airton – na situação de não acatamento da
13 integralidade do atestado, poderia haver a possibilidade de
14 compensação das horas? Isso deveria ter uma instrução de serviço
15 para amparar. Vivian – na instrução de serviço do HU, colocamos que:
16 renovamos a cada 30 dias o do grupo de risco e na nossa instrução
17 eles devem comunicar ao DASC o afastamento por doença aguda, se
18 são mais de 3 dias de atestado, este deve ser apresentado ao DASC.
19 Prof. Aron – encontrei do TRF4 uma jurisprudência, por meio da qual
20 podemos entender que, “na falta da perícia, o atestado é válido, até o
21 momento que o laudo saia”. Profa. Tania – o problema é saber se houve
22 boa-fé ou não. Há também o problema da consulta à perícia, às vezes
23 o resultado já saiu e o servidor não consultou. Prof. Sérgio – a PRORH
24 pode elaborar uma instrução de serviço para esse fim. E colocar a
25 ressalva de que o servidor precisa consultar o laudo pericial,
26 diariamente e só valerá em casos de emissão tardia do laudo. Silvia
27 Borba – e a questão da compensação, onde entra? Prof. Sérgio – entra
28 na instrução de serviço, caracterizando a boa-fé, poderá haver a
29 compensação das horas. Em regime de votação. Aprovado, com uma
30 abstenção. Prof. Sérgio – que fique bem claro que não é um problema
31 da UEL, é um problema do Estado do Paraná inteiro. É importante
32 compreender que não é um problema da universidade. **II. INFORMES.**
33 O reitor informa que tem participado das reuniões de Conselhos de
34 Centros, apresentando as finanças da universidade, e que estamos
35 com um déficit global de 13 milhões, provenientes de ações públicas
36 (RPVs) e 1.800 milhão de déficit operacional. Nessas últimas duas
37 semanas fui informado que não tínhamos recursos para pagar as
38 bolsas indígenas, bolsas de estágios, menores aprendizes e residentes
39 de veterinária e odontologia. Fui até Curitiba e juntamente com outros
40 reitores, estamos buscando recursos para fechar o ano. A PROGRAD
41 tinha empenhado as bolsas, e o Estado desempenhou. No último mês
42 que isso aconteceu, os indígenas, denunciaram a Universidade e não

1 o Estado. Alguns grupos atacam a Universidade e não compreendem
2 que nós é quem estamos trabalhando com muita energia para buscar
3 os recursos para manter esses compromissos. Agradece ao Paulo
4 Budal, assessor do Tiago Amaral, que tem nos ajudado na mobilização.
5 Dr. Tercílio, e Evandro Araújo também ajudaram. Agradecer a Marta e
6 sua equipe da PROGRAD, porque a ofensa chega primeiro à nossa
7 equipe. Agradecer à PROAF, que sem servidor conseguiu nos ajudar.
8 Agradecer ao Toninho da PROPLAN, que se mobilizou nesse processo.
9 Trabalhou o fim de semana e ficou de maneira incansável na Secretaria
10 de fazenda. Forcei a minha equipe no limite para buscarmos solução
11 para esse problema. Conseguimos resposta positiva da SETI,
12 programaram para o restante do ano, a bolsa indígena, as bolsas dos
13 estagiários, e dos residentes. Garantimos as pessoas, agora
14 precisamos garantir recursos para água, luz e telefone. Outra questão
15 são as horas extras. Estão negando todas as nossas horas extras do
16 primeiro semestre, mesmo tendo o HU como hospital referência da
17 COVID-19 no Estado. Estamos buscando apoio. A defesa está sendo
18 feita pela UEL. O impacto sobre nós, sobre a manutenção do HU, é
19 muito grande. Outra notícia é que o GEPATRIA está investigando
20 nossos registros de preços dos tablets, estamos montando a
21 documentação e elaborando a resposta. Entramos com uma ação para
22 garantir o pagamento do TIDE Administrativo e as GRAS. Em primeira
23 instância, foi negado. Em segunda instância também, com a alegação
24 que não há perigo irreparável. Vamos seguir com os Recursos. Na
25 Universidade de Ponta Grossa, foram condenados a pagar o Tide
26 Administrativo, com base em uma ação impetrada pelos servidores.
27 Outra informação é que as discussões da LGU serão retomadas. É
28 importante que estejamos atentos a isso. Todas as carreiras extintas
29 ao vagar, precisamos começar as tratativas para a terceirização e suprir
30 a parte operacional da universidade. Prof. Leandro – sobre os alugueis
31 o que ficou decidido? Prof. Décio - a Divisão de Música será transferida
32 para a antiga COU, no centro de Londrina, isso já foi acordado com
33 CCS e COU. O que está no CONTUR irá para o Ouro Verde, Orquestra
34 e Cinema. A associação médica de Londrina está oferecendo um
35 espaço para a divisão de cinema, em um imóvel em frente à concha
36 acústica. O EAAJ permanece onde está, por enquanto. E as Artes
37 cênicas também permanecem em imóvel alugado, por falta de outro
38 espaço para alocar as atividades. Prof. Airton – qualquer negociação
39 que se faça com a associação médica, é importante deixar claro que
40 não haverá previsão de recursos por nossa parte, para pagamento de
41 taxas. Embora essa movimentação seja dolorosa, especialmente para
42 o CECA, deixar registrado o nosso ganho comportamental nessas

1 negociações. O esforço do CCS e da COU, que ajudaram nessa
 2 transição. Profa. Mara Solange – finalizaram o encaminhamento
 3 referente as bolsas, juntamente com as duas pró-reitorias, 123 bolsas
 4 no total das 3 pró-reitorias. Estamos trabalhando no Por Extenso e no
 5 Pró-Ensino, que ocorrerá em novembro. E o SEURS, com as datas
 6 de 18 e 19 de novembro. Vamos agregar cerca de mil extensionistas
 7 nesses eventos. Precisamos do apoio de todos na divulgação.
 8 Pensando na creditação da extensão, esses eventos são um apoio
 9 importante. Estamos concorrendo a um edital do CNPq, que criou um
 10 edital de extensão, e será coordenado pela UEL, desse modo, estamos
 11 buscando professores que trabalham com doenças crônicas, área
 12 primordial de destinação desse recurso. Prof. Silvano – quando sair a
 13 aposentadoria da Silvia Borba, ficaremos com um déficit de técnicos de
 14 laboratórios, já perdemos 3, e não sabe como ficarão as aulas práticas
 15 de laboratórios. Já temos outros técnicos com tempos de
 16 aposentadoria, mas que continuam. A situação dos técnicos é grave e
 17 urgente. Prof. Sérgio – por isso é importante ficarmos de olho na LGU
 18 e mantermos contatos com os deputados. Prof. Gilson - na PCU,
 19 perdemos mais de 50% do pessoal nos últimos 10 anos e mais de 40
 20 se aposentaram nos últimos 2 anos. Prof. Aírton – precisamos ver a
 21 questão das aposentadorias que se deram a partir do segundo
 22 semestre do ano passado para cá. Teremos que retomar essa
 23 discussão urgente. Nada mais havendo para tratar, o Prof. Sérgio
 24 Carvalho agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu,
 25 Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos
 26 Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida e aprovada será
 27 assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

28
 29 Sérgio Carlos de Carvalho
 30 Reitor

31
 32 Décio Sabbatini Barbosa
 33 Vice-Reitor

34
 35 Viviane Bagio Furtoso
 36 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

37
 38 Paulo Meletti
 39 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

40
 41 Silvano Cesar da Costa
 42 Diretor do Centro de Ciências Exatas

43
 44 Tânia Lobo Muniz
 45 Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados

1		
2	Airton José Petris	
3	Diretor do Centro de Ciências da Saúde	
4		
5	Gilmar Aparecido Altran	
6	Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes	
7		
8	Patrícia Mendes Pereira	
9	Diretora do Centro de Ciências Agrárias	
10		
11	Aron Lopes Petrucci	
12	Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
13		
14	Leandro Ricardo Altimari	
15	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
16		
17	Sílvia Borba	
18	Representante dos servidores técnicos administrativos	
19		
20	Fabiano Medeiros	
21	Representante dos servidores técnicos administrativos	
22		
23	Laura Martimbianco	
24	Representante discente	
25		
26	Mateus Sugueta	
27	Representante discente	
28		
29	Amauri Alcindo Alfieri	
30	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	
31		
32	Mário Sérgio Mantovani	
33	Pró-Reitor de Planejamento	
34		
35	Azenil Staviski	
36	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
37		
38	Itamar Rodrigues Nascimento	
39	Pró-Reitor de Recursos Humanos	
40		
41	Mara Solange Dellarozza	
42	Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade	
43		
44	Marta Regina Gimenez Favaro	
45	Pró-Reitora de Graduação	
46		
47		
48		
49		
50		

1	<u>CONVIDADOS</u>	
2		
3	Gilson Jacob Bergoc	_____
4	Prefeito do Campus Universitário	
5		
6	Edmarlon Giroto	_____
7	Diretor da Farmácia Escola	
8		
9	Neide Zaninelli	_____
10	Diretora da Biblioteca Central	
11		
12	Vivian Biazon Feijó	_____
13	Diretora do Hospital Universitário	
14		